

Sarney decide processar Collor



O Presidente da República ocupa hoje o primeiro dos cinco programas a que tem direito, para rebater as acusações do candidato do PRN

O presidente José Sarney anuncia hoje, ao exercer o direito de resposta concedido pelo TSE, que vai processar o candidato do PRN, Fernando Collor, por injúria, calúnia e difamação. O programa, gravado ontem à tarde no Palácio da Alvorada, tem duração de dois minutos e meio e vai ao ar no horário reservado ao PRN, à tarde e à noite.

Hoje, na hora do almoço, o presidente deve gravar novo programa, com igual duração, porém respondendo a Collor sobre o suposto envolvimento do Palácio do Planalto no lançamento da candidatura de Sílvio Santos. O Presidente ocupará metade dos 5 minutos reservados ao PRN em cada horário da propaganda eleitoral por seis vezes, num total de 15 minutos.

O direito de resposta que será exercido hoje é relativo às denúncias de corrupção que foram ao ar na sexta-feira à noite e no sábado à tarde, em que foram reproduzidas imagens de um comício de Collor. O presidente terá ainda quatro programas para se defender da responsabilidade de ter lançado Sílvio Santos, que Collor denunciou durante o horário do TSE do sábado à noite, domingo e ontem à tarde.

Processo — Por essas acusações, o presidente já determinou que o consultor-geral da República, Ferro Costa, e o ministro da Justiça, Saulo Ramos, preparem uma ação judicial. O líder do Governo na Câmara, Luís Roberto Ponte, ao sair do Palácio da Alvorada ontem de manhã, anunciou que seriam iniciados dois processos, um penal e outro civil, por danos morais. A indenização que poderia ser ganha seria doada a uma creche.

O porta-voz da Presidência, Carlos Henrique, negou, no entanto, essa versão. "Há apenas uma ação por injúria, calúnia e difamação", garantiu. O presidente Sarney cancelou, ontem, todos os compromissos da agenda para se dedicar à resposta a Collor. Por telefone, conversou com o ministro da Fazenda, Máílson da Nóbrega. Embora irritado com as denúncias de Collor, o presidente informou que não pedirá a suspensão do programa do PRN.

Saulo — A ação penal contra Collor foi pedida a Saulo Ramos pelo presidente José Sarney, que se julgou ofendido pelas duras palavras contra ele e membros de sua família, pronunciadas no programa eleitoral, por Fernando Collor.

Embora sem querer admitir que o governo vai processar o candidato do PRN, foi exatamente essa pergunta que levou Saulo Ramos ontem a encerrar uma entrevista de chofre, dizendo



Saulo encaminha as duas ações

aos jornalistas que esse assunto não estava na pauta da reunião que acabara de ter com o diretor do DPF, Romeu Tuma e com o presidente do Banco Central, Wadico Bucchi.

Durante todo o dia foi muito grande a especulação, dentro do ministério da Justiça, sobre a possibilidade do governo entrar de imediato com uma ação penal contra Collor, que seria enquadrado nos crimes de calúnia e difamação.

Sarney quer se defender na Justiça, da mesma forma como fez recentemente com o governador do Espírito Santo, Max Mauro, que o chamou de corrupto. Entretanto, o que os assessores do Planalto e do Ministério da Justiça têm ponderado em suas avaliações diz respeito à forma como a opinião pública pode reagir nas urnas a esse processo contra o candidato ainda líder da preferência do eleitorado. Na verdade, esses assessores temem que, ao contrário do que esperam, qualquer processo contra Collor, no momento, possa angariar-lhe simpatias e votos nas eleições de 15 de novembro.

Dossiê — Segundo informações publicadas na "Folha de São Paulo" de ontem, o governo está tentando engrossar um dossiê envolvendo assessores diretos de Collor com ações de estelionato. As informações sobre esses assessores — Paulo Cesar Cavalcante Farias e Luiz Dantas — estão arquivadas no Banco Central, razão pela qual especula-se que a presença de diretores do BC, ontem, no ministério da Justiça foi exatamente para avaliar essa denúncia contra Collor e não derrame de dólares falsos, como foi divulgado.

Os dois assessores de Collor estão envolvidos com a compra ilegal de trações usando créditos oficiais. Tanto Paulo César que foi secretário da Fazenda indicado por Collor em Alagoas quanto Luiz Dantas, ex-secretário da Fazenda do governo Collor estão com ficha suja no Banco Central.